



NOTA DE IMPRENSA

Reunião com a Directora Executiva do Garantia Jovem e o Vice-Presidente do IEFP

COMISSÃO DE JUVENTUDE DA UGT APRESENTA PROPOSTAS PARA O GARANTIA JOVEM

A Comissão de Juventude da UGT (CJUGT) reuniu esta quinta-feira (17 de Setembro) com a Directora Executiva do Garantia Jovem, Dra. Ana Lima das Neves e o Vice-Presidente do IEFP, Dr. António Leite, nas instalações do IEFP em Xabregas, para apresentar as suas propostas para a nova geração do Programa Garantia Jovem.

No período prévio à discussão da implementação do Garantia Jovem a nível nacional, a CJUGT apresentou o seu contributo para que a efetivação deste instrumento possa assumir um papel categórico na prossecução dos desígnios para que foi idealizado: aumentar a qualificação dos jovens; facilitar a sua transição para o mercado de trabalho e reduzir o desemprego jovem.

É com muita preocupação que olhamos para os dados de junho do desemprego jovem, apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Um em cada quatro jovens (25,6%) da população ativa entre os 15 e os 24 anos está desempregado. E, em julho, 45 mil jovens até aos 24 anos estavam inscritos nos centros de emprego, mais 58% do que no mesmo mês do ano passado. A estes números deverão ainda ser somados os jovens trabalhadores que se encontram a trabalhar em tempo parcial de forma involuntária.

A taxa de desemprego jovem foi atirada para valores de há três anos, com a diferença de antes estes serem contextualizados numa fase de crescimento económico e de agora não existir previsão para que as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho sejam ultrapassadas.

À semelhança de um passado recente, esta crise provocada pela pandemia de COVID - 19, por afetar a sua segurança financeira e ameaçar as suas perspetivas de emprego mostra-se particularmente dura para os jovens. As semelhanças entre os efeitos da crise financeira mundial e atual crise pandémica são demasiadas e mais uma vez, a juventude encontra-se desproporcionalmente vulnerável.

A ineficiência e a contraproducência das políticas neoliberais tomadas em resposta à crise financeira de 2009, que se caracterizaram pela promoção da flexibilidade do mercado de trabalho, liberalização da proteção do emprego e enfraquecimento dos sistemas de proteção social e instituições de negociação coletiva, resultaram em uma extrema escassez de oportunidades de trabalho decente para os jovens. Consideramos estas políticas e a forma como foram aplicadas no nosso país, as principais responsáveis pelo flagelo do desemprego jovem e iremo-nos opor a qualquer solução similar.

É fundamental que se evitem os erros do passado, que se retenham as lições e que se faça melhor por todos e em especial pela juventude do nosso país. Mais do que nunca é essencial que se envolvam os jovens na discussão sobre as estratégias e medidas de recuperação a adotar.

A CJUGT reconhece ao programa Garantia Jovem potencial para ser uma dessas medidas e para desempenhar um papel vital na criação de empregos estáveis e de qualidade para os jovens. No entanto, na nossa opinião, para que o seu potencial se cumpra, é fundamental termos em consideração as falhas reportadas e as deficiências demonstradas durante a última década de execução. É necessário que se faça uma análise e uma avaliação de forma mais permanente e regular ao novo programa, com a participação de todos os parceiros sociais e com o envolvimento da juventude na sua construção.

É com tal propósito que elaboramos o presente documento. Para que nesta fase de construção do novo Garantia Jovem ao nível europeu, mas também nacional, se possam ter em conta as ideias das estruturas da juventude que abraçam estas matérias.

Não se poderá aceitar que este programa seja utilizado para nivelar salários por baixo, que sirva como maquiagem aos números do desemprego através de formações de baixa qualidade, que deixe de fora quem se encontra mais distante do mercado de trabalho e que a resposta do programa às candidaturas ultrapasse o período expectável pelos candidatos.

Consideramos que para reforçar o Garantia Jovem, não só é indispensável corrigir o que não correu tão bem, mas também dotar o programa de ferramentas que permitam melhorar as ofertas, descentralizar as formas de aproximação, alargar o âmbito a jovens até aos 30 anos e aumentar a duração dos estágios de forma a que os jovens tenham acesso a esta medida e que não sejam contratados, possam beneficiar de acesso ao subsídio de desemprego.

A CJUGT considera fundamental que o âmbito do programa seja alargado de forma a proporcionar aos jovens mais educação e orientação profissional com a criação de serviços desta natureza. É igualmente importante que este tipo de apoio, seja atualizado aos tempos modernos e que tenha em consideração não só as oportunidades profissionais tradicionais, mas também as necessidades futuras do mercado de trabalho, nomeadamente nas áreas da economia digital e da economia verde.

A CJUGT manifesta a sua disponibilidade para um diálogo construtivo para o desenvolvimento de políticas públicas robustas, que procurem dar resposta aos anseios e às necessidades dos jovens NEET, mas também às necessidades dos jovens que entram no mercado de trabalho todos os anos.

Lisboa, 17 de Setembro de 2020